

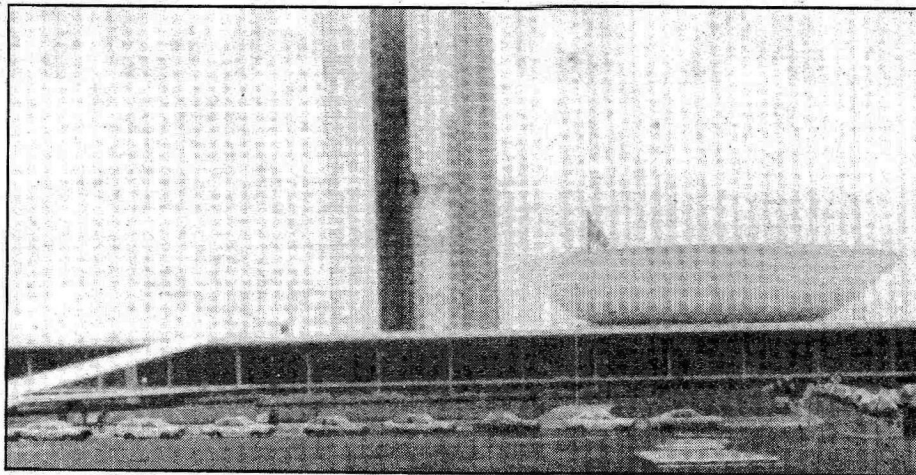
Uma nova missão no Congresso

Somente nesta segunda eleição é que Brasília alcançará sua autonomia política plena, elegendo oito deputados e um senador com funções exclusivamente constitucionais. Isso porque, em 1986, quando elegeu sua primeira bancada para o Congresso, o DF estava escolhendo representantes com tarefas múltiplas: legisladores, constituintes e "vereadores", que acompanhavam os trabalhos da Comissão do DF no Senado e tentavam negociar diretamente com o Governador as reivindicações da população local. A partir de fevereiro de 1991 essa situação mudará, já que assumirão as oito vagas para deputado federal e uma para senador pessoas que serão eleitas com o propósito de representar a população brasiliense nas discussões dos problemas nacionais.

Além da elaboração da legislação ordinária e complementar, essa bancada terá a tarefa de trabalhar a revisão constitucional prevista para 1993. Ou seja, novamente os deputados e senadores eleitos terão o papel de constituintes, com o poder de apresentar propostas que poderão alterar o perfil da Constituição promulgada em 1988.

Questões polêmicas

É durante a revisão constitucional que voltarão à tona discussões polêmicas como os direitos dos trabalhadores, reforma agrária, o papel da Estado na economia, bem como os direitos e ga-



Bancada do DF participará da revisão constitucional de 93.

rantias individuais e coletivos. Antes disso, porém, a futura bancada federal do DF participará de uma tarefa não menos importante: a elaboração de leis complementares à Constituição e a apreciação das Medidas Provisórias e projetos de lei enviados pelo Executivo.

Os deputados e senadores do DF, a partir de 1991, estarão mais livres para participar das discussões das Comissões técnicas da Câmara e do Senado. De acordo com a Constituição, é nestas

Comissões que é feita a discussão básica e detalhada de qualquer lei que será apreciada posteriormente no plenário das duas Casas.

Isso não significa, no entanto, que os deputados e senadores eleitos pelo DF virarão as costas para os problemas locais. Apesar de não precisarem mais se empenhar tanto na legislação do DF, a futura bancada brasiliense no Congresso estará indiretamente ligada ao futuro Governador eleito.